Artigo para publicação em: Escola Brasileira de Psicanálise Freudiana - EBPF

Estudos de Psicanálise | Limeira-SP | N. 70 | p. 11| novembro/2026

RESUMO: A dificuldade de algumas crianças para lidar com contrariedades mobiliza famílias, escolas e profissionais da saúde, frequentemente produzindo interpretações centradas na falta de limites ou na permissividade parental. Este artigo analisa a tolerância à frustração como uma capacidade em construção, relacionada à constituição do ego, à qualidade dos cuidados, à introdução de limites e às particularidades do desenvolvimento. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter narrativo e teórico, fundamentada em contribuições de Sigmund Freud, Donald Winnicott e Jacques Lacan, em diálogo com estudos contemporâneos sobre irritabilidade e autorregulação. A discussão diferencia a função paterna da presença do pai biológico e distingue a frustração compatível com os recursos emocionais da criança de experiências de desamparo e violência. Argumenta-se que o reconhecimento da realidade e da alteridade exige tanto restrições à satisfação imediata quanto relações capazes de sustentar emocionalmente a criança diante dessas restrições. Conclui-se que a intervenção clínica e educativa deve articular acolhimento, previsibilidade, limites e investigação das condições individuais e relacionais, evitando culpabilizações familiares e diagnósticos precipitados.

Palavras-chave: Frustração Infantil; Constituição do Ego; Função Paterna; Limites; Desenvolvimento Emocional.

Aprovado pelo comitê de ensino-pesquisa em: 20 de outubro de 2026

POR QUE ALGUMAS CRIANÇAS NÃO CONSEGUEM LIDAR COM FRUSTRAÇÕES?

Função paterna, limites e constituição do ego no desenvolvimento emocional infantil.

Dr. Richard Munhoz

Publicado em: EBPF

11 de novembro de 2026

INTRODUÇÃO

Esperar a própria vez, perder uma brincadeira, receber uma negativa ou interromper uma atividade prazerosa são acontecimentos cotidianos que podem provocar reações intensas na infância. Embora essas situações pareçam simples aos adultos, elas exigem capacidades psíquicas complexas: reconhecer que o desejo não

determina a realidade, suportar o desprazer e encontrar outras possibilidades de satisfação.

A pergunta sobre por que algumas crianças não conseguem lidar com frustrações precisa considerar que essa capacidade não está pronta desde o nascimento. Ela se desenvolve ao longo de uma história de cuidados, experiências corporais, relações e aprendizagens. Além disso, comportamentos semelhantes podem ter sentidos diferentes: uma criança pode gritar diante de uma negativa porque está exausta, porque teme perder o amor do cuidador, porque tem dificuldades de comunicação ou porque ainda depende intensamente da intervenção adulta para reorganizar-se.

Neste artigo, a frustração é compreendida, em sentido amplo, como a experiência de impedimento, adiamento ou desencontro em relação a uma satisfação esperada. Essa definição não deve ser confundida com o uso técnico específico do termo em cada tradição psicanalítica. Também é necessário distinguir a experiência de frustração da irritabilidade, que se refere a uma propensão aumentada à raiva e constitui um objeto próprio de investigação contemporânea.

A perspectiva adotada sustenta que oferecer limites e reconhecer o sofrimento infantil são tarefas complementares. A criança precisa encontrar adultos capazes de restringir determinadas ações sem desqualificar seus sentimentos, assim como necessita de oportunidades graduais para enfrentar dificuldades que possa elaborar.

METODOLOGIA

O estudo consiste em uma revisão bibliográfica narrativa, de natureza qualitativa e orientação teórico-conceitual. Foram consultados textos clássicos de Freud sobre o funcionamento psíquico e a organização do ego, contribuições de Winnicott sobre adaptação ambiental e desenvolvimento emocional, além de formulações de Lacan acerca da função paterna. A discussão foi complementada por revisões científicas sobre irritabilidade e autorregulação e por diretrizes da Organização Mundial da Saúde sobre intervenções parentais.

A seleção privilegiou a pertinência dos textos para a questão investigada, a identificação das fontes e a distinção entre proposições teóricas, resultados empíricos

e interpretações desenvolvidas neste artigo. Não se trata de revisão sistemática, não havendo pretensão de exaustividade ou de estimativa populacional.

As contribuições psicanalíticas e neurocientíficas são colocadas em diálogo, preservando suas diferenças metodológicas. Resultados sobre autorregulação não são apresentados como comprovação direta de conceitos como ego ou função paterna. As contribuições dos autores são apresentadas por meio de citações indiretas, com indicação das respectivas fontes, distinguindo-se a exposição dos conceitos das interpretações desenvolvidas neste artigo.

JUSTIFICATIVA

A dificuldade de lidar com frustrações costuma ser descrita por expressões como *"não aceita ouvir não" ou "quer tudo do seu jeito".* Embora possam registrar aspectos observáveis do comportamento, essas expressões não explicam os processos envolvidos e podem transformar uma dificuldade de desenvolvimento em julgamento moral.

O tema é relevante porque orienta decisões concretas. A interpretação de uma crise como provocação deliberada pode favorecer respostas punitivas; a compreensão de toda contrariedade como sofrimento a ser eliminado pode levar os adultos a retirar oportunidades de aprendizagem. Entre essas posições, torna-se necessário construir uma leitura que considere simultaneamente o funcionamento da criança, a organização das relações e a legitimidade dos limites.

A discussão também contribui para evitar associações indevidas entre sofrimento infantil e configuração familiar. Investigar a função paterna exige precisão conceitual, sem tomar a ausência do pai biológico como explicação automática para dificuldades emocionais.

OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral é analisar a dificuldade infantil de lidar com frustrações à luz da constituição do ego, da função paterna, dos limites e do desenvolvimento emocional, em diálogo com pesquisas sobre autorregulação.

Como objetivos específicos, propõe-se:

- Examinar a relação entre satisfação imediata, reconhecimento da realidade e recursos de elaboração psíquica.
- Discutir a participação dos cuidados e dos limites na organização emocional infantil.
- Diferenciar função paterna, autoridade e presença do pai biológico.
- Apresentar implicações clínicas e educativas que respeitem a singularidade da criança.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Constituição do ego e possibilidade de suportar o desprazer

Em *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico*, Freud (1911) investiga as modificações necessárias para que o aparelho psíquico considere as condições da realidade. Nesse processo, o pensamento permite adiar a descarga imediata e suportar temporariamente o aumento da tensão, tornando possível avaliar as circunstâncias antes de agir. A relação com a realidade passa, assim, a envolver recursos de representação e possibilidades de ação que não se restringem à busca imediata de satisfação.

Essa formulação permite compreender a importância de um intervalo entre sentir e agir. Diante de uma contrariedade, a criança precisa desenvolver recursos para que o desprazer não se traduza exclusivamente em descarga motora. A possibilidade de representar a experiência, expressá-la e encontrar alternativas constitui uma dimensão importante desse percurso.

Em *O ego e o id*, Freud (1923/1927) descreve o ego em sua relação com o id, com a realidade e com as identificações. Trata-se de uma organização parcialmente inconsciente, atravessada por conflitos, e não de uma instância equivalente à vontade consciente.

A partir desse referencial, pode-se formular uma distinção clínica: conhecer uma regra e conseguir utilizá-la em uma situação de intensa mobilização afetiva são capacidades diferentes. Uma criança pode explicar que não deve bater e, ainda assim, precisar de ajuda para interromper uma agressão quando se sente contrariada. O

conhecimento verbal da norma, isoladamente, não informa quanto ela consegue sustentar emocionalmente.

Por isso, a expressão *"ego fraco"* exige cautela. Quando utilizada como rótulo, pouco esclarece. É mais fecundo investigar quais recursos estão disponíveis naquela situação: *a criança consegue pedir ajuda? Consegue reconhecer o que sente? Tolera uma pequena espera? Retoma a atividade depois de perder? Aceita alguma alternativa ou percebe qualquer mudança como intolerável?*

Também convém diferenciar a frustração decorrente de um desejo impedido daquela associada à experiência de não conseguir realizar uma tarefa. Em algumas situações, a reação intensa diante de um erro pode ser compreendida como resposta a uma ameaça ao próprio valor. A criança não vive apenas o desapontamento de ter falhado; pode experimentar vergonha e receio de deixar de corresponder às expectativas dos adultos. Essa hipótese precisa ser investigada na história singular, sem ser presumida a partir de um comportamento isolado.

Cuidados, limites e função paterna

Winnicott (1971) situa o desenvolvimento da relação com a realidade no interior de uma experiência de cuidado. Inicialmente, o ambiente adapta-se intensamente às necessidades do bebê; posteriormente, essa adaptação pode diminuir conforme cresce sua capacidade de enfrentar desencontros. A possibilidade de beneficiar-se das frustrações pressupõe uma sustentação anterior e dificuldades compatíveis com os recursos disponíveis. O autor ressalta, ainda, que a figura cuidadora suficientemente boa não precisa ser a mãe biológica.

Essa formulação não autoriza a produção deliberada de sofrimento como método educativo. Sua contribuição está em interrogar as condições em que uma dificuldade pode ser vivida sem romper a continuidade do cuidado. Um impedimento cotidiano, acompanhado por um adulto disponível, difere de uma experiência marcada por ameaça, humilhação ou abandono.

Como desdobramento clínico dessa leitura, o limite pode ser pensado em duas dimensões: aquilo que restringe e a relação que acompanha a restrição. Dizer que uma criança não pode ferir outra estabelece uma fronteira necessária; ajudá-la a reconhecer

a raiva e buscar uma forma de expressá-la oferece recursos para lidar com essa fronteira.

Acolher o sentimento não exige autorizar a ação. Uma formulação possível seria: *"Você ficou muito bravo porque perdeu. Eu vou impedir que você bata. Quando conseguir, podemos conversar sobre o que aconteceu".* Trata-se de uma proposta de manejo, cuja linguagem deve ser ajustada à idade e às condições da criança.

A função paterna acrescenta outra dimensão à discussão. No seminário de 1957-1958, especialmente na aula de 15 de janeiro de 1958, Lacan apresenta a metáfora paterna como uma operação de substituição significante relacionada à organização do desejo e à inscrição simbólica da criança. Nessa perspectiva, a função paterna não se confunde com a presença física do pai nem pode ser reduzida ao exercício cotidiano da disciplina (Lacan, 1957-1958).

Uma aproximação possível com o tema do artigo está no reconhecimento de que a relação entre criança e cuidador não constitui um universo fechado: existem outros vínculos, compromissos e referências que introduzem diferenças e restrições. Essa aproximação é interpretativa e não transforma a função paterna em sinônimo de dizer *"não".*

Também não se pode deduzir a operação dessa função pela composição do domicílio. A presença física do pai não constitui, por si só, evidência de determinada organização simbólica; sua ausência tampouco demonstra falha dessa organização. Dificuldades diante de contrariedades não permitem concluir pela ausência da função paterna ou por uma estrutura clínica específica.

No cotidiano, uma autoridade que oferece referências precisa apresentar alguma coerência. Uma regra cuja validade depende apenas do humor do adulto dificulta que a criança compreenda o que se espera dela. Ao mesmo tempo, coerência não significa rigidez absoluta: mudanças podem ser explicadas, exceções contextualizadas e decisões equivocadas reparadas.

Os limites também interrogam a posição emocional dos adultos. Em determinadas famílias, a negativa desperta culpa, medo de rejeição ou lembranças dolorosas da própria infância. Nessas circunstâncias, pode tornar-se difícil acompanhar o protesto infantil sem recuar imediatamente ou responder com hostilidade. Essa possibilidade clínica não deve ser convertida em acusação, pois os cuidadores também

enfrentam cansaço, insegurança e condições materiais que restringem sua disponibilidade.

Assim, investigar a relação com a frustração envolve perguntar tanto o que a criança consegue suportar quanto o que os adultos conseguem sustentar diante de seu sofrimento. O trabalho com os responsáveis pode abrir espaço para essa reflexão sem reduzir a criança a resultado da conduta parental.

Desenvolvimento emocional, autorregulação e implicações clínicas

As pesquisas contemporâneas oferecem elementos para ampliar essa análise. Urben et al. (2025), em revisão sistemática de 74 estudos, identificaram associações entre irritabilidade e dificuldades em processos cognitivos, emocionais e sociais de autorregulação. Os resultados incluíram menor controle cognitivo, dificuldades na regulação da raiva e relações bidirecionais entre irritabilidade e dificuldades parentais. Essas associações sustentam uma compreensão multifatorial e não permitem atribuir causalidade única à educação familiar.

O diálogo com a psicanálise exige, porém, preservar os níveis de explicação. Autorregulação e ego não são conceitos intercambiáveis. A primeira é investigada por medidas comportamentais, fisiológicas e cognitivas; o segundo integra uma teoria do funcionamento psíquico, do conflito e das relações entre instâncias. Sua aproximação pode produzir perguntas clínicas, mas não equivalências automáticas.

Para este artigo, a noção de corregulação ajuda a nomear a participação do adulto na reorganização emocional da criança. Em vez de pressupor que ela deva acalmar-se sozinha, considera-se a possibilidade de oferecer presença, linguagem e organização da situação, com participação progressivamente maior da própria criança. A relevância das interações entre responsáveis e crianças também aparece na revisão de Leibenluft et al. (2024), que destaca a necessidade de compreender processos de corregulação e trajetórias distintas de irritabilidade.

Na avaliação clínica, isso implica examinar o episódio em seu contexto. *O que aconteceu antes? Que exigência foi apresentada? A criança compreendeu a mudança?*

Como os adultos responderam? Quanto tempo levou para recuperar-se? O comportamento aparece em vários ambientes ou em situações específicas?

Uma crise não deve ser interpretada apenas pelo seu volume. Sua frequência, duração, intensidade, adequação à etapa do desenvolvimento e repercussão na vida cotidiana oferecem informações mais úteis. É igualmente importante conhecer os momentos em que a criança consegue lidar melhor com dificuldades, pois eles podem revelar recursos e condições favorecedoras.

A investigação deve incluir sono, comunicação, aprendizagem, experiências de violência, alterações recentes na família e possíveis condições do neurodesenvolvimento ou de saúde mental. Esses elementos não substituem a escuta da experiência subjetiva, mas ajudam a evitar que toda dificuldade seja atribuída a uma suposta recusa dos limites.

O manejo durante uma crise pode priorizar a segurança e a redução da intensidade do encontro. Quando a criança está muito mobilizada, explicações extensas podem não ser utilizáveis. Depois, em condições mais favoráveis, torna-se possível reconstruir o episódio, nomear sentimentos e pensar outras respostas. Essa organização constitui uma proposta clínica e educativa a ser adaptada, não um protocolo universal.

Considere-se, como exemplo hipotético, uma criança que derruba as peças quando perde um jogo. O adulto pode interromper a destruição e reconhecer o desapontamento. Em outro momento, pode ajudá-la a pensar se deseja tentar novamente, fazer uma pausa ou participar de uma atividade com menor exigência. O objetivo não é impedir que perder provoque tristeza ou raiva, mas ampliar as possibilidades de permanecer em relação e retomar a experiência.

O brincar oferece um campo particularmente relevante para essa observação. Nele, a criança pode representar conflitos, modificar cenas e experimentar posições. Na clínica, a maneira como pede ajuda, controla regras, reage às intervenções e retoma uma atividade fornece material para compreender seu funcionamento. A interpretação deve respeitar seu tempo e sua capacidade de utilizar o que é comunicado.

As orientações aos responsáveis precisam igualmente considerar a viabilidade das propostas. Recomendar disponibilidade emocional sem conhecer jornadas de trabalho, redes de apoio e sobrecarga pode produzir mais culpa que mudança. As

diretrizes da Organização Mundial da Saúde (World Health Organization, 2023) recomendam intervenções parentais voltadas à melhoria das relações e à redução de práticas severas e problemas emocionais e comportamentais, reforçando a importância de oferecer apoio aos cuidadores.

A escola também participa desse processo. Regras compreensíveis, transições anunciadas e oportunidades proporcionais de participação podem integrar um planejamento educativo sensível às dificuldades observadas. Quando há sofrimento persistente, prejuízo importante ou risco de ferimentos, a avaliação por profissionais habilitados torna-se necessária, com articulação entre família, escola e serviços de saúde.

A contribuição psicanalítica consiste em manter aberta a pergunta pelo sentido da experiência. Sob uma reação de raiva podem existir vergonha, medo de exclusão, insegurança ou dificuldades para representar uma perda. Não se trata de pressupor um conteúdo oculto para toda crise, mas de reconhecer que a conduta observável não esgota aquilo que precisa ser compreendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas crianças apresentam dificuldades para lidar com frustrações porque os recursos necessários para enfrentar impedimentos, esperas e perdas ainda estão em constituição ou se mostram insuficientes em determinadas condições. A compreensão dessa dificuldade exige considerar a história de cuidados, as formas de introdução dos limites, as particularidades do desenvolvimento e os contextos em que o sofrimento aparece.

Freud permite interrogar a passagem entre descarga e pensamento; Winnicott evidencia a importância da sustentação ambiental; Lacan oferece um referencial para pensar a função paterna sem reduzi-la à presença do pai biológico. As pesquisas sobre irritabilidade e autorregulação acrescentam evidências de que o fenômeno envolve múltiplos processos e trajetórias.

A intervenção deve, portanto, evitar tanto a culpabilização quanto a retirada indiscriminada das exigências. Cabe oferecer limites compreensíveis, proteger as relações e favorecer experiências graduais de elaboração. O acompanhamento também

precisa reconhecer quando a dificuldade ultrapassa o que pode ser manejado apenas por orientações cotidianas.

O desenvolvimento emocional não se mede pela ausência de protesto. Uma criança pode chorar, discordar e precisar de ajuda enquanto aprende a enfrentar contrariedades. O avanço está na ampliação de seus recursos para expressar o sofrimento, aceitar apoio, reconhecer o outro e construir alternativas quando a realidade não corresponde ao que deseja.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. Formulierungen über die zwei Prinzipien des psychischen Geschehens. *Jahrbuch für psychoanalytische und psychopathologische Forschungen*, v. 3, n. 1, p. 1-8, 1911.

FREUD, Sigmund. *The ego and the id*. Tradução de Joan Riviere. London: The Hogarth Press and the Institute of Psycho-Analysis, 1927. Trabalho original publicado em 1923. Disponível em: https://www.minkowska.com. Acesso em: 20 out. 2026.

LACAN, Jacques. *The seminar of Jacques Lacan: book V: the formations of the unconscious, 1957-1958*. Tradução de Cormac Gallagher. [S. l.]: Lacan in Ireland, [s. d.]. Transcrição traduzida do seminário.

LEIBENLUFT, Ellen et al. Irritability in youths: a critical integrative review. *American Journal of Psychiatry*, v. 181, n. 4, p. 275-290, 2024.

URBEN, Sébastien et al. Understanding irritability through the lens of self-regulatory control processes in children and adolescents: a systematic review. *European Child & Adolescent Psychiatry*, v. 34, p. 1497-1509, 2025.

WINNICOTT, Donald Woods. *Playing and reality*. London: Tavistock Publications, 1971. Capítulo consultado: Transitional objects and transitional phenomena.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHO guidelines on parenting interventions to prevent maltreatment and enhance parent–child relationships with children aged 0–17 years*. Geneva: World Health Organization, 2023.

SOBRE O AUTOR:

Dr. Richard Munhoz é Psicanalista Clínico, Infantil e Didata, Especialista em Análise e Interpretação do Desenho, Especialista em Sandplay Thérapy, Psicopedagogo Clínico e Institucional, Neuropsicopedagogo Clínico e Hospitalar, Mestre e Doutor em Ciências Médicas. Autor de duas obras ambas publicadas pela (Wak Editora). Atualmente exerce a função de Psicanalista empresarial.

ENDEREÇO POR CORRESPONDÊNCIA:

Rua: Tatuibi, 285 – Vila Paulista, Limeira - São Paulo-SP
Cep: 13.484-050
E-mail: ebpf.ned@gmail.com